

A ENCRUZILHADA

"Governo planeja a maior privatização desde 1998" essa é a manchete do jornal paranaense Gazeta do Povo de hoje, dia 14/02/16. Mesmo que tal afirmativa possa ser falsa, quero fazer algumas reflexões sobre a crise fiscal brasileira, a concentração e desconcentração de capital estatal e a relação capital/trabalho.

Para debatermos a manchete acima necessariamente temos que ter uma visão, mesmo que superficial, dos fundamentos da crise econômica brasileira. É comum afirmar que a crise econômica brasileira tem sua raiz externamente. O que é perfeitamente verdadeiro. Pois, o Brasil está integrado à economia capitalista globalizada e existe uma crise no conjunto dos países capitalistas que se arrasta desde 2008. Porém, deve-se ir além e buscar entender a crise fiscal brasileira. Ou seja, a crise da estrutura do capitalismo brasileiro.

Para entender a crise estrutural, também chamada de fiscal, deve-se entender o modelo de capitalismo adotado pelo governo brasileiro a partir de 2002. Observando as ações e o envolvimento do governo federal no mercado nesses 14 anos de governos do PT, percebe-se que o modelo de desenvolvimento capitalista adotado foi o keynesiano¹, também conhecido como Estado de bem-estar social.

Para sustentação de tal afirmação é necessário fazer algumas comparações do modelo de capitalismo keynesiano e o modelo capitalista adotado pelos governos do PT. Por exemplo, tanto John Maynard Keynes (1883-1946), como o governo do PT, opõem-se ao liberalismo e ao neoliberalismo, respectivamente. Pois, para Keynes, como para o governo petista, o mercado não tem o poder para distribuir renda e justiça social. Portanto, é necessária a intervenção forte do Estado para que tal distribuição ocorra. Essa incapacidade mercadológica para distribuição de renda e justiça social, segundo Keynes, seria fruto do "espírito animal" do empresariado. Por isso, a necessária intervenção estatal na economia para disciplinar tal espírito.

Diante desse pressuposto, o Estado passa ter o direito e o dever de garantir benefícios tais como: Salário mínimo capaz de garantir a subsistência do trabalhador (nos governos do PT, o salário mínimo tem tido ganhos reais muito acima dos

¹Teoria econômica desenvolvida pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), também conhecida como "Estado de bem-estar social" ou "Estado Escandinavo".

demais salários), o mesmo direito para todos os trabalhadores (no governo do PT, os trabalhadores domésticos e rurais deixaram a condição de semiescravidão e ganharam os mesmos direitos dos demais trabalhadores), seguro-desemprego (estava implantado no Brasil desde 1990, pela Lei 7.998), previdência estatal para todos os trabalhadores (com Constituição de 1988 foram garantidos os benefícios da Previdência Social para todos os trabalhadores), assistência médica universal e gratuita (em 1990 foi criado o SUS, pela Lei 8.080), acesso à educação para todos (o governo do PT criou as cotas para negros, pardos e índios nas universidades públicas e cotas ProUni para os pobres, independentemente de cor de pele, nas universidades particulares). Tais benefícios sociais tem a função de garantir um padrão mínimo de dignidade para todos os trabalhadores. Porém, tais benefícios têm custos, que não cabe aqui discutir, mas que, em última instância, são pagos pelos próprios trabalhadores.

Outro pressuposto neokeynesiano adotado pelo governo petista é que os governos são potencialmente melhores e mais eficientes na alocação de recursos em relação ao mercado. Nesse sentido os economistas norte-americanos neokeynesianos David Sappington e Joseph Stiglitz estabeleceram o teorema Sappington/Stiglitz, no qual propõem que "[...] um governo 'ideal' poderia atingir um maior nível de eficiência administrando diretamente uma empresa estatal do que privatizando-a" (http://www.thinkfn.com/wikibolsa/Escola_Keynesiana).

Obviamente que Keynes nunca defendeu a estatização da economia nos moldes da ex-URSS ou da China. O que Keynes defendia, e o que parece defender os governos petistas, é uma participação ativa do Estado nos segmentos da economia que, embora necessários, não interessam ou não podem ser atendidos pela iniciativa privada ou que, no caso dos governos do PT, envolvam a soberania da nação. Pois, a escolha não está entre o Estado se envolver ou não na economia, mas, como ele deve se envolver na economia.

Os governos do PT procuraram desenvolver o projeto chamado "Política de Conteúdo Local" no qual a proporção dos investimentos nacionais aplicados em um determinado bem ou serviço, obrigatoriamente, deve ter a participação significativa da indústria nacional na produção desse bem ou serviço. Por exemplo, quando uma plataforma marítima, para extração ou produção de petróleo, ou uma refinaria é construída com alto índice de conteúdo local, significa que os bens e serviços utilizados em sua construção são de origem nacional e não importados. Atualmente

tal índice deve ser de 65%. Esse projeto não tem o objetivo de promover a competição entre o Estado e as empresas privadas, mas de fortalecer e desenvolver o capitalismo e a indústria brasileira.

Outro exemplo de neokeynesianismo é o modelo conhecido como Rehn-Meidner. Esses dois economistas suecos da Swedish Trade Union Confederation (confederação sueca de sindicatos), Gösta Rehn (1913-1996) e Rudolf Meidner (1914-2005), apresentaram um programa de políticas macroeconômicas no qual os fundos de pensão financiaram vários investimentos públicos. O crescimento estatal foi tão vigoroso que, no fim da década de setenta, o fundo de pensão governamental alcançou 50% do PNB sueco. Uma variante de tal modelo parece ter sido usado pelos governos do PT, quando os governos Lula e Dilma incentivaram os fundos de pensão das estatais a fazerem investimentos estruturados em empresas e consórcios nacionais nas áreas da indústria naval e na construção civil, dentre outros.

Assim, diante do acima exposto, pode-se inferir que os governos do PT buscaram desenvolver um Estado de bem-estar social keynesiano. Esclarecido o modelo capitalista de desenvolvimento adotado pelos governos petista, pode-se então, fazer uma reflexão sobre a crise fiscal do atual governo e suas possíveis saídas.

Nas sociedades agrárias antigas e medievais as más colheitas, os desastres naturais e as guerras, que causavam as misérias nas comunidades, eram atribuídas a castigos divinos. Agora, nas sociedades capitalistas existem períodos de grande crescimento e, num passe de mágica, aparece uma depressão econômica que, embora, não tenha uma causa visível, não se pode atribuir a uma punição divina.

Quem primeiro estudou essas crises do capitalismo foi Karl Marx que, segundo ele, no sistema capitalista, independentemente, se de Estado ou privado, essas crises são cíclicas, como um eterno retorno. E, tais crises ocorrem, ou por excesso de produção, ou por redução da taxa de lucro, ou por entesouramento excessivo, ou por concentração de capital, ou por desconcentração de capital, ou por associação entre algumas delas. Então, ciclicamente algumas dessas variáveis aflora e gera uma crise econômica.

Para facilitar a compreensão dos ciclos do capital (dinheiro-mercadoria-dinheiro), Marx criou a ideia de capital em “estado puro”. A partir dessa ideia, economistas liberais inferiram que as crises capitalistas seriam função de algumas impurezas que contaminam o sistema e, por exemplo, a concentração de capital

estatal seria uma impureza que ataca o sistema. Assim, a desconcentração de capital estatal é apresentada pelos economistas neoliberais como um retorno ao capitalismo puro, no qual seria possível o mercado distribuir renda e justiça social. Porém, historicamente, está provado que, independente da pureza ou impureza do capitalismo, tais crises são inerentes ao modelo de produção capitalista e que o mercado não é dotado de tal força sobrenatural para distribuir renda e justiça social.

Mas, qual seria a raiz da crise fiscal brasileira? Uma das causas, além das externas, foram as renúncias fiscais pela desoneração de alguns segmentos empresarial, tais como, desoneração da folha de pagamento, redução das alíquotas do Imposto sobre produtos industrializados (IPI) dos automóveis, dos eletrodomésticos, dos móveis, etc. O governo petista fez isso na esperança que os empresários reinvestissem no sistema produtivo gerando mais empregos e renda. Mas, ao contrário, o empresariado não reinvestiu e entesourou, gerando estagnação na arrecadação dos tributos. Como os gastos foram mantidos, ocorreu déficit fiscal. Que, do ponto de vista keynesiano, não seria um problema grave. Pois, embora Keynes nunca tenha defendido a manutenção de déficits governamentais prolongados, nem defendeu operar com orçamentos deficitários, mas, defendeu que, dentro de limite moderado, o Estado, para aumentar a demanda, pode gastar mais do que o arrecadado. Assim, ele defendeu a manutenção de um déficit econômico moderado nas contas governamentais. Porém, as renúncias fiscais afetaram de tal forma a arrecadação que, quando o governo Dilma necessitou fazer investimentos públicos em infraestrutura para evitar uma crise estrutural e forçar a retomada do crescimento, por exemplo, nos setores de energia, como petróleo, gás e fontes alternativas renováveis, o governo estava sem recursos.

Quais as saídas apontadas pelo governo Dilma para a crise fiscal? A saída apontada pelo governo parece ser um conjunto de três medidas. A primeira seria aumentar a arrecadação por uma "Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira" (CPMF). A segunda seria uma reforma na Previdência Social, ou seja, reduzir gastos governamentais com o sistema previdenciário. A terceira seria desconcentrar capital estatal através de privatizações de empresas estatais. Sendo que a segunda e a terceira são extremamente prejudiciais para os trabalhadores.

Sustentado em qual variável o governo Dilma aponta uma concentração de capital estatal? A partir de um dado econômico de uma empresa estatal que, somada com suas empreiteiras, representa 20% do PIB brasileiro. Para economistas

neoliberais esse dado seria um indício de forte concentração de capital estatal que, para Keynes não seria um problema. Pois, para ele, a questão central não estaria no volume do capital estatal, mas nas atividades e nos métodos de envolvimento do governo na economia.

O que os trabalhadores brasileiros têm que ter claro é que privatização, que na Petrobrás ganhou o nome pomposo de "venda de ativos", não significa melhor distribuição de renda, nem melhores condições de trabalho. Ao contrário, historicamente, quando ocorreu desconcentração de capital estatal, ocorreu precarização do trabalho, perdas salariais e aumento do mais-valor.

A privatização como uma das saídas para a crise trás consigo também uma contradição. Pois, ao desconcentrar o capital estatal e diminuir os salários, reduz-se a circulação de mercadorias, o que agravaria a crise. Qual é o pressuposto dos economistas neoliberais para superar essa contradição? É o pressuposto neoliberal de desconcentração de capital estatal para aumentar o mais-valor e o empresariado investir para gerar mais empregos. Assim, embora com salários menores, a totalidade dos salários superariam tal redução salarial e a circulação de mercadoria seria retomada. É a fé e a esperança neoliberal.

Não cabe aqui discutir se os ganhos dos trabalhadores e a diminuição do mais-valor empresarial, com conseqüente redução na taxa de lucro, é uma das variáveis da atual crise brasileira, mas, historicamente, sabe-se que crises do capitalismo são antecidas por um avanço nos ganhos dos trabalhadores. Então, devem os trabalhadores discutir perdas ao invés de ganhos salariais? Discutir perdas não, mas a estabilidade nos ganhos, sem avanço, nem perdas, nesse momento histórico, parece ser um dos caminhos para os trabalhadores brasileiros.

Retomando o mote inicial dessa reflexão, ao apontar para a privatização de estatais, o governo Dilma não estaria sinalizando que está abandonando o modelo keynesiano de Estado de Bem-estar social e tomando o caminho do neoliberalismo? E se o governo tomar o caminho do neoliberalismo, como devem agir a maior central dos trabalhadores brasileiros, CUT, e a federação que congrega a maioria dos sindicatos da maior empresa brasileira de petróleo, FUP? Devem romper ou pactuar com o governo? Eis a encruzilhada!

A CUT e FUP poderão escolher (1) romper com o governo, lutar contra o projeto de privatizações e pela manutenção do modelo keynesiano de Estado de bem-estar social. Se romper, a CUT e a FUP deverão mudar seu modelo de

sindicalismo participativo/conflictivo para um modelo de sindicalismo de enfrentamento capital/trabalho. Ou, poderão (2) discutir o projeto neoliberal governista e propor um pacto com o governo e com o empresariado sobre as formas compensatórias, para os trabalhadores, pelas precarizações dos salários e do trabalho, oriundas de tal desconcentração de capital estatal para aumento da taxa de lucro e reforma previdenciária.

A CUT já apresentou para o governo as suas sugestões do que fazer para superar a crise, sugerindo, entre outros pontos, a "[...] retomada do investimento público e privado em infraestrutura produtiva de forma rápida (tanto na área social como urbana); ações do governo que levem à retomada e ampliação de investimentos no setor de energia, como petróleo, gás e fontes alternativas renováveis, em especial na Petrobrás. E, também, opções que ajudem a destravar o setor de construção civil, criação de condições para o aumento da produção e das exportações da indústria de transformação e políticas de incentivo e sustentabilidade do setor produtivo (como agricultura, indústria, comércio e serviços)" (<http://www.cut.org.br/noticias/governo-dara-resposta-as-sugestoes-de-combate-a-crise-89e7/>). O governo não ignorou as propostas cutista, mas parece que responderá tais sugestões mostrando que a forma de realizá-las será pela desconcentração de capital estatal, aumento da taxa de lucro empresarial e reforma previdenciária.

Esse é o momento de maior responsabilidade para os dirigentes cutistas e fupistas que, além de apresentar propostas de "o que fazer", devem também apresentar propostas de "como fazer" para superar a crise fiscal, discutindo o aumento da taxa de lucro empresarial, sem desconcentrar capital estatal e sem reformar a Previdência Social. Pois, nesse momento histórico, tais dirigentes podem ajudar construir ou desconstruir a nascente democracia brasileira. E, para os trabalhadores, o único caminho é a democracia.

Antonio Carlos
Curitiba, 14/02/16